

Modelo alternativo à agricultura tradicional: a experiência dos agricultores familiares de café orgânico de Minas Gerais

Tatiane Cristine Dutra - tatycdutra@hotmail.com

Universidade Federal de Alfenas – Unifal

Rosilene de Lima Machado - rosiisabelle@hotmail.com

Universidade Federal de Alfenas – Unifal

João Paulo de Brito Nascimento - joao.nascimento@unifal-mg.edu.br

Universidade Federal de Alfenas – Unifal

Área temática: Gestão e Políticas Públicas

Resumo

A agricultura exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento do País, dado a vital importância deste setor na geração de renda, empregos e produtos. Agricultura que têm passado por modificações a partir do fortalecimento de modelos alternativos de produção face ao modelo tradicional que é atrelado a práticas capitalistas de produção. Modelos alternativos que têm se adequado muito bem aos agricultores familiares pela reduzida utilização de insumos externos e pelo comprometimento que se exige do agricultor para com a preservação dos recursos naturais. Neste processo de inserção de novos modelos de agricultura, podemos citar a produção de café orgânico, ao passo que tal apresenta-se como uma alternativa viável em oposição à agricultura convencional sob a perspectiva social e ambiental. Partindo disso, o presente estudo visa entender e descrever o processo de inserção e desenvolvimento de um mercado de café orgânico na cidade de Poço Fundo. Para isso, será realizado um estudo de caso a partir de entrevistas semi estruturadas e análise documental, e que serão analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados mostram que à inserção e o desenvolvimento de um mercado de café orgânico na cidade de Poço Fundo se deu a partir do propósito de resolver a questão dos “atravessadores” por meio de compra e vendas conjuntas e como modo de contestar o padrão dominante de agricultura que excluía e expropriava a agricultura familiar, sendo destacados como principais atores desse processo os agricultores e o elevado nível de capital existente nas relações entre tais; a Igreja Católica; a Escola Agrotécnica Federal de Machado; as Ongs tais como a AS-PTA (Agricultura Urbana e Agroecologia) e Centro de Assessoria Sapucaí; e por fim o Estado, mediante políticas tais como Pronaf e PPA.

Palavras- chaves: Agricultura alternativa, café orgânico, Poço Fundo.

1. Introdução

A agricultura exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento do País, dado a vital importância deste setor na geração de renda, empregos e produtos (CORAZZA; MARTINELLI JUNIOR, 2002).

Essa agricultura que por muitos anos atribuía à produtividade a quantidade de matéria orgânica presente no solo e no trato que se tinha nele, o que veio a mudar a partir da década

de 60, quando passou a disseminar-se a ideia de aumento da produtividade baseada na utilização de inovações tecnológicas tais como melhoramento genético, o uso de fertilizantes químicos e a mecanização das atividades agrícolas (PINHEIRO, 2004).

Inovações que primordialmente enfatizavam o aumento da produtividade pregando “acabar com a fome no mundo”, mas que em síntese propiciou transformações sociais, culturais e ambientais desagradáveis. O êxodo, o desemprego e a pobreza rural, bem como a perda de identidade cultural e a destruição de florestas e solo, a poluição e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, são um dos exemplos dos problemas causados pela inserção de tais tecnologias (VEIGA, 2000; DIONÍSIO, 2003).

Além destes, podemos citar também a exclusão social e econômica dos pequenos agricultores que foi fortemente incentivada por políticas agrícolas dos governos brasileiros. Com a criação de linhas de crédito voltadas ao incentivo à modernização agrícola e investimentos na pesquisa aplicada à assistência técnica e extensão rural, os interesses de grandes corporações transnacionais se tornaram interesses de um país (PINHEIRO, 2004).

Como crítica a essa modernização e os seus efeitos desagradáveis surgem inúmeros movimentos alternativos, sendo alguns destes os movimentos em prol dos pequenos agricultores e movimentos ecológicos tais como a agroecologia.

Segundo Altieri (2002), a agroecologia é considerada um campo de estudo do agroecossistema e envolve a abordagem de todo o sistema com o propósito de criar metodologias de apoio ao processo de transição de uma agricultura tradicional a uma agricultura sustentável. Esse movimento que possui diversas vertentes e onde citamos a agricultura orgânica, que é a mais conhecida, e que preza pela conservação dos recursos naturais a partir da não utilização de fertilizantes, agrotóxicos e produtos químicos, tendo em vista a busca de harmonia entre o homem e natureza e priorizando a preservação da agroecossistema (SANTOS et al., 2013).

Movimentos agroecológicos que diante de suas particularidades se adequa melhor as pequenas escalas e em especial a agricultura familiar, quer seja pelo tamanho, diversidade de produção, baixa utilização de insumos externos e comprometimento com a preservação dos recursos naturais (SANTOS; CÂNDIDO, 2010).

Essa agricultura que por muito tempo foi marginalizada diante da Revolução Verde e que vêm atualmente se desenvolvendo a partir de novas formas de produção, tais como a produção orgânica, que não só constitui uma alternativa a agricultura tradicional, como também representa uma boa oportunidade para os pequenos agricultores pelo aumento de valor agregado ao produto e o consequente aumento de renda proporcionada. Vale destacar que os produtos orgânicos vêm sendo muito valorizados e o reconhecimento destes tem possibilitado a inserção dos pequenos agricultores nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos, sendo a inserção nestes mercados favorecida em função da organização destes produtores em associações ou cooperativas, o que facilita a venda e comercialização dos produtos e o acesso aos consumidores (CAMPANHOLA e VALARINI, 2001).

Partindo disso, o presente estudo visa descrever o processo de inserção e desenvolvimento do mercado de café orgânico na cidade de Poço Fundo através do entendimento das motivações de sua criação e determinação dos principais atores que auxiliaram na implementação desse processo.

2. Agroecologia como alternativa à agricultura tradicional

Pode se afirmar que a agricultura é uma das principais atividades do mundo e com certeza esta fortemente relacionada ao desenvolvimento de um país. No Brasil, essa atividade é historicamente uma das principais bases da economia e até hoje representa segmento de suma importância para a economia brasileira (CORAZZA; MARTINELLI JUNIOR, 2002).

Desde a antiguidade acreditava-se que a produtividade da terra estava ligada à quantidade de matéria orgânica presente no solo e no trato que se tinha nela. Até a década de 50, o crescimento da produção agrícola se dava basicamente mediante expansão da área cultivada, entretanto, a partir da década de 60 mediante descobertas científicas passou a disseminar-se a ideia de aumento da produtividade baseada na utilização de inovações tecnológicas tais como melhoramento genético, o uso de fertilizantes químicos e a mecanização das atividades agrícolas (PINHEIRO, 2004).

Segundo Brandenburg (2002) a finalidade da modernização da agricultura era a de acabar com a “fome do mundo” promovendo melhorias econômicas e sociais a toda a população. Esse processo seria denominado de Revolução Verde e segundo definição de Brum (1988, p.44 *apud* Pinheiro 2004, p. 05):

A chamada Revolução Verde foi um programa que tinha com objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola em todo mundo, através do desenvolvimento de experiência no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes.

Contudo, o aumento da produção de alimentos não era o objetivo primordial desse modelo. Acreditava-se que os reais objetivos desta revolução estavam atrelados a interesses econômicos e políticos de grandes transnacionais. Essas grandes corporações transnacionais ao promover a industrialização tinham como intuito difundir e padronizar o modo de produção para todo o mundo de forma a assegurar a dependência do espaço rural aos mecanismos do capitalismo (PINHEIRO, 2004).

Gerardi (1980 *apud* Balsan, 2000) acreditava que à medida que determinado agricultor modernizava sua produção, este se via pressionado a comprar os insumos necessários destas grandes transnacionais. Santos (2000, p. 89) complementa: “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos à velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”.

A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização. (BRUM, 1988, p.45 *apud* PINHEIRO 2004, p.5).

Esse processo de introdução de inúmeras tecnologias e de consequente modernização da agricultura começou a ser introduzida no Brasil em 1943 a partir da fundação de três empresas, sendo elas Cargill, a Agrocere e a EMA empreendimentos agrícolas. Essas empresas aqui instaladas tinham o intuito de promover melhoramento genético de sementes e desenvolver tecnologias de mecanização (PINHEIRO, 2004).

No Brasil, as ideias de modernização criaram a expectativa de superação do subdesenvolvimento e foram fortemente estimuladas pelo Estado mediante políticas econômicas. No período da ditadura mais do que uma política voltada à modernização da agricultura, o Estado passa a adotar as tecnologias da Revolução Verde como um dos pilares

da estratégia do desenvolvimento econômico nacional. A validade dada pelas instituições governamentais a essa política de modernização seria de caráter fundamental para adoção deste modelo. Com a criação de linhas de crédito voltadas ao incentivo à modernização agrícola e investimentos na pesquisa aplicada à assistência técnica e extensão rural, os interesses de grandes corporações transnacionais se tornaram interesses de um país. Essas políticas eram direcionadas às grandes latifúndios deixando a margem grande parte dos agricultores, em especial, aqueles pertencentes à chamada “pequena agricultura”, de “baixa renda” ou “de subsistência” (PINHEIRO, 2004). Acredita-se que essa desigualdade provocada pela modernização se deu em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais (GRAZIANO NETO, 1982 *apud* BALSAN, 2006). Esse modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil caracterizado pela competitividade capitalista acarretaria uma série de problemas sociais e ambientais.

Se, por um lado, a modernização da agricultura promoveu produtividade, de outro, foi um sério promotor de desintegração do tecido social e cultural de muitas comunidades rurais, ao promover o êxodo, o individualismo, a competição, a monetarização de todas as atividades, o consumismo, entre outras, enfim, acabou por promover a erosão do capital social (SCHENKEL, 2003, p.25).

Assim, o processo de modernização gerou o êxodo e o desemprego rural, forçando grande parte dos trabalhadores rurais a se favelizarem nas periferias urbanas, e consequentemente propiciando o aumento de pobres rurais e da criminalidade (VEIGA, 2000). Inserido no sistema capitalista, o agricultor familiar se vê expropriado dos seus meios de produção, ao ser obrigado a despojar-se de suas terras e dos elementos de seu trabalho, o agricultor torna-se um assalariado com o propósito de servir ao capital (DIONISIO, 2003).

Essas transformações sociais segundo Polanyi (1944) se deram pela transformação da terra e do trabalho em mercadorias e pela consequente subordinação da natureza e do homem a expansão da economia. Para Polanyi, a terra e o trabalho não podiam ser separados dado que a separação de tais elementos significava a desagregação dos “elementos naturais da existência” e o “desmoronamento da sociedade”.

Além dos problemas sociais decorrentes deste pacote tecnológico e em muitos casos em consequência destes, o homem do campo passa ter que se adaptar a novos cenários e hábitos culturais, o que lhe atribui consequências diversas, em especial a perda de identidade rural. A tendência de uniformização do modo de vida enfatizado a partir da modernização impulsionou mudanças no modo de viver do agricultor familiar, eliminando a importância de sua racionalidade e de sua identidade cultural. Segundo Wilkinson (2002) *apud* Azevedo (2011, p. 720), “o conhecimento agrícola tradicional bem como os hábitos de vida relacionados à manutenção da cultura de cada região foram desvalorizados”. A mudança no padrão alimentar, a partir do consumo de alimentos produzidos sob as características tecnológicas da época, tais como de alimentos instantâneos, refrigerantes e alimentos semi-prontos podem exemplificar umas das várias mudanças e consequências aos agricultores (BALÉM; SILVEIRA, 2007).

Ademais, este processo de modernização agrícola baseado no uso das “tecnologias” tais como os fertilizantes, adubos inorgânicos e agrotóxicos, assim como seu padrão produtivo monocultor, provocou impactos ambientais indesejáveis como a destruição de florestas e do solo, a poluição e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos (BALSAN, 2006). Não somente um problema ambiental, a utilização dos agrotóxicos e fertilizantes são evidenciados como fruto de inúmeros problemas de saúde e de insegurança alimentar. Muitos são os casos de envenenamento pelo manuseio de agrotóxicos e também via alimentos e água.

Alguns estudos, como de Siqueira e Kruse (2008), Faria e col. (2005) e Beseler e col., (2006) apontam respectivamente alguns problemas de saúde como câncer, problemas respiratórios e depressão como exemplos de doenças atribuídas ao uso de contaminantes químicos. Atualmente a maior crítica em relação à saúde e ao meio ambiente se pautam na utilização de transgênicos que surgiram como uma extensão das ideias propagadas pela Revolução Verde e que também prevêm o aumento de produção. Seus impactos por muitos são considerados de grande risco para biodiversidade a partir da perda ou alteração do patrimônio genético das plantas e sementes, pelo aumento substancial que este tem atribuído ao uso de agrotóxicos e também por ser um produto com consequências e reações pouco conhecidas até o momento (NODARI; GUERRA, 2003).

Essa modernização a partir da década de 80 começa a sofrer questionamentos não somente sob a ótica ambiental e as crescentes quantidades de agrotóxicos utilizados, mas também mediante a ineficiência dos sistemas de produção preconizados na Revolução Verde. Além disso, muitos dos movimentos surgiam também face à exclusão econômica e social dos pequenos agricultores. Crescem os questionamentos acerca da validade da industrialização engrandecida pela revolução Verde e acredita-se que o capitalismo mediante suas inovações cada vez mais eficientes procuravam incluir todos ao sistema (PINHEIRO, 2004). A partir da década de 70 começaram a serem instituídas as Organizações Não Governamentais (ONGs) no meio rural, tendo a premissa de formar lideranças nos movimentos sociais, assessorar no planejamento e operacionalização das ações dos agricultores e em suas práticas de produção.

“No Brasil, os agricultores praticantes de uma agricultura alternativa, são motivados por agentes pastorais da Igreja e por técnicos de entidades não governamentais, principalmente, a se organizarem em associações visando construir um espaço de discussão sobre as condições de sua existência e formas de enfrentamento dos problemas relativos à produção e comercialização. (...) Daí a proposta de construir organizações sociais autogestionáveis, sob a assessoria de técnicos comprometidos com uma ideologia alternativa em relação ao modelo hegemônico da modernização” (BRANDENBURG, mimeo, 2002 p. 8).

No Brasil pode - se dizer que além das comunidades Eclesiais de Base (CEBs), à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG criada em 1963 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST fundado em 1984, podem ser considerados os percussores da luta pela melhor qualidade de vida no campo (PETERSON, 2009). Segundo Caporal (2012), no Brasil a agroecologia surge engajada por atores envolvidos na busca de maior autonomia e reconhecimento da agricultura familiar, e em muitos casos esta têm sido utilizada como uma forma de superar a exclusão social e econômica que lhe foram atribuídas após a adoção de tecnologias da Revolução Verde. Além disso, muitos movimentos ecológicos surgiram no Brasil a partir da crescente preocupação com a questão ambiental: a Conferência de Estocolmo (1972), o Relatório Brundtland (1987), a ECO-92 e o Protocolo de Kyoto, são alguns dos documentos oficiais que alertaram sobre as preocupações ambientais (NASCIMENTO, 2012).

Destarte, contrapondo-se ao modelo de agricultura convencional e hegemônica e às suas consequências sociais e ambientais, surgem em diferentes países modelos alternativos de produção, dentre eles a agroecologia. Brandenburg (2002) acredita que o movimento agroecológico é um “contra movimento ao domínio da lógica industrial de produção”, isto é, este movimento representa resistência ao modelo hegemônico da agricultura e a suas formas de exploração. Segundo Altieri (2002), a agroecologia é considerada um campo de estudo do agroecossistema e envolve a abordagem de todo o sistema com o propósito de criar metodologias de apoio ao processo de transição de uma agricultura tradicional a uma

agricultura sustentável. “A agroecologia oferece as bases para a modificação dos sistemas de produção que causam degradação social e ecológica, por meio do desenho ou redesenho de sistemas, dentro do conceito da sustentabilidade” (EMBRAPA, 2006, p.25). Para Eduardo Servilla Guzmán(2006), o conceito de agroecologia tem um significado mais amplo ao considerar a ação social coletiva e sua proposta de desenvolvimento participativo como variáveis relevantes para a promoção do conhecimento sob o manuseio ecológico dos recursos naturais.

Neste sentido, vale destacar o dinamismo dos atores sociais e a ação coletiva propulsora de tais movimentos. Putnam (1996) acredita que o fator capital social é um dos principais propulsores do desenvolvimento econômico e é o que torna possível a realização de ações colaborativas que resultem em benefícios a toda a comunidade. Capital social que é conceituado como uma gama de características, tais como confiança, a cooperação, valores e a participação que facilitam a ação coordenada e melhoram a situação das comunidades (PUTNAM, 1996).

Na agricultura, o capital social pode gerar uma cultura cooperativa, onde um agricultor ajuda outro a fim de contribuir para uma redução de custos, comercialização ou mesmo manejo da produção (SILVA et al., 2014).

A partir desta percepção, agroecologia não surge somente como uma alternativa à modernização, mas também como pressupostos para um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo. Numa ótica que transcende práticas ambientais e a produção de alimentos mais saudáveis, a produção agroecológica desencadeia uma série outros acontecimentos. Segundo Gliessman (2000,p.54), a agroecologia “valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.”.

Conforme ALTIERI (2002, p.26), esta agroecologia busca o desenvolvimento dos agroecossistemas com reduzida dependência de insumos externos, sejam eles fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e/ou capital. A baixa dependência deste modelo de insumos externos garante não só o manejo ambientalmente correto, mas também a não subordinação desta agricultura aos moldes determinados pelo capital. A não utilização de agrotóxicos, fertilizantes e outros produtos químicos não só evidenciam o respeito ao ambiente como também ao ser humano e a saúde deste (BALÉM; SILVEIRA, 2007)

Ainda, em decorrência da baixa dependência por insumos externos e da necessidade de preservação dos recursos naturais, os agricultores passam novamente a serem detentores de conhecimento sobre a terra e retomam sua posição de agentes ativos de transformação e não mais passivo. Partindo disso, ao passar novamente a interferir nas ações de seu dia a dia que antes fora apropriado pelas inovações técnicas, o homem restituirá sua identidade cultural. Esse conhecimento gerado a partir da leitura que o agricultor faz de seu agroecossistema e de suas experiências é o elemento principal que define a cultura do agricultor (BALÉM; SILVEIRA, 2007).

Logo, pela reduzida utilização de insumos externos e pelo comprometimento que a agroecologia exige do agricultor para com a preservação dos recursos naturais, acredita-se que esta adéqua se melhor a pequenas escalas e em especial a agricultura familiar (SANTOS; CÂNDIDO, 2010). Essa agricultura que por muito tempo foi marginalizada diante da Revolução Verde e que vêm atualmente se desenvolvendo a partir de novas formas de produção, tais como a agroecologia. Essa agricultura representa grande importância à economia brasileira quer seja pela geração de empregos e renda, quer seja pela garantia de abastecimento e soberania alimentar e ambiental, visto que esta fornece 70 % dos alimentos

que chegam à mesa das famílias brasileiras (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO).

Agricultura familiar que ao mesmo tempo em que é lócus de produção, também o é unidade de consumo e reprodução social (ABRAMOVAY, 1992), e que segundo Denardi (2001) caracteriza-se por pequenas propriedades e diversidade de produção, sendo gestão e produção de cunho familiar. Agricultura familiar que enfatiza a não subordinação das decisões somente à produção e rentabilidade econômica e sim também levando em consideração as necessidades e objetivos da família (CARMO & SALLES, 1998).

Essa agricultura familiar que diante de suas particularidades tais como tamanho, diversidade de produção e baixa utilização de insumos, são ditas mais propensas a práticas agroecológicas e especial a vertente orgânica (SANTOS; CÂNDIDO, 2010). Vertente orgânica que é considerada a mais conhecida dentre as alternativas de base agroecológica (EMBRAPA, 2006). A agricultura orgânica caracteriza-se pela conservação dos recursos naturais e não utilização de fertilizantes, agrotóxicos e produtos químicos, tendo em vista a busca de harmonia entre o homem e natureza e priorizando a preservação da agroecossistema (SANTOS et al., 2013). Produção orgânica que visa questões ambientais, qualidade de vida, integridade cultural, mas que também garante benefícios econômicos. Vale destacar que os produtos orgânicos vêm sendo muito valorizados e o reconhecimento destes tem possibilitado a inserção dos pequenos agricultores nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos. Entretanto, Campanhola e Valarini(2001) acreditam que esta inserção é favorecida em função da organização destes produtores em associações ou cooperativas, o que facilita a venda e comercialização dos produtos e o acesso aos consumidores.

Conforme Santos e Cândido (2010), para o fortalecimento dos produtores familiares fez-se necessário à adoção de cooperativismo agrícola a fim de resolver problemas como baixa produtividade, promover a socialização do conhecimento e para unir forças a fim de superar os obstáculos. Práticas agroecológicas que têm sido reforçadas pela criação de certificação dos produtos orgânicos, dado que esta garante a procedência e a qualidade da produção, garantindo ao produtor valorização do produto e ao consumidor garantia de alimento sem contaminação química, cuja produção respeita o meio ambiente e o trabalhador(CAVINO, 2012).

3. Metodologia

A escolha da metodologia oscila de acordo com os objetivos traçados da pesquisa e o problema a ser investigado (SILVA, 2003, p. 59). A pesquisa foi realizada na cidade de Poço Fundo, município localizado no sul de Minas Gerais, em razão do pioneirismo deste município na produção de cafês orgânicos no país. Mais especificamente essa pesquisa foi feita na COOPFAM (Cooperativa de Produtores Familiares de Poço Fundo e região) por ser esta cooperativa a responsável pelos cafeicultores orgânicos desta região. Essa pesquisa possui abordagem qualitativa e é do tipo estudo de caso, em razão da necessária compressão do processo de inserção e desenvolvimento de um mercado de café orgânico na cidade de Poço Fundo. Segundo Godoy (2010, p.121) o estudo de caso deve estar centrado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno objeto da investigação.

Os dados foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas aplicadas a 3 produtores de café orgânico. Dados e informações secundárias tais como documentos foram necessários para aprimorar os instrumentos de pesquisa. Tais foram obtidos por meio do site

da COOPFAM ,Censo Agropecuário e outros inúmeros trabalhos a respeito do assunto. No quadro 1 estão descritos todos os trabalhos e notícias utilizados no trabalho.

Documento	Tema
Tese - Sérgio Pedini - Universidade Federal de Lavras, 2011.	Fair Trade: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares.
Dissertação - Nathalia Andrea Jiménez Laverde - Universidade de Brasília, 2011.	Construção de mercados para a agricultura familiar: a experiência dos agricultores familiares produtores de café orgânico em Minas Gerais.
Dissertação - Valquíria de Cássia Oliveira Cavino - Universidade Federal de São Carlos, 2012.	A experiência de comércio justo de agricultores familiares da cooperativa COOFAM de Poço Fundo (MG): identificando os obstáculos e as potencialidades da transição para a agricultura de base ecológica.
Notícias e Vídeos	Canal Futura. Comércio Justo e Solidário - Ep. 1: Coopfam e Coagroso. Vídeo (28min12s). Canal Rural. Orgânicos: alternativa rentável de sustento. Vídeo (5min52s). Globo Rural. Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo - Parte 1. Vídeo (7min.) YouTube. COOPFAM Institucional. Vídeo (36 min18s).

Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo a partir da necessidade de entender os motivos e razões que levaram os atores envolvidos no processo a inserção no mercado orgânico. Segundo Bardin (2010), essa técnica de análise de dados caracteriza-se por ser um método de tratamento das informações contidas nas mensagens, que se revela a partir da análise das comunicações.

4. Análise e discussão dos dados

A cidade de Poço Fundo é uma cidade do sul de Minas Gerais com aproximadamente 15.148 habitantes, sendo que destes 41,8% residem em meio rural (IBGE, 2006). Segundo dados do censo agropecuário, dos 1698 estabelecimentos agrícolas existentes na cidade cerca de 81% referem-se a estabelecimentos familiares (1461 estabelecimentos), ocupando 51,8% da área total agrícola do município. Com uma produção de 8.985 toneladas de grão, esta região se destaca como referência na produção de cafés com bebida de qualidade. Atribui-se a qualidade do café dessa região ao relevo, solo e clima propícios à produção deste produto, mas principalmente ao modo de produção utilizado. Além da expressiva participação familiar, Poço Fundo é referência mundial em Café Orgânico e Comércio Justo e foi pioneira na produção de orgânicos no sul de Minas Gerais. Neste sentido, vale destacar a importância da COOPFAM, objeto de nossa análise, que por meio de seus cooperados alcançaram expressiva participação no mercado internacional na produção orgânica.

Inserção no mercado orgânico que surgiu em num primeiro momento a partir de um grupo de produtores familiares que organizavam-se em torno de discussões dos problemas

rurais tais como o êxodo rural, sendo este grupo incentivado por um padre chamado Douglas e por movimentos pastorais da Igreja Católica, tais como Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹. Organização e reuniões que tinham como intuito a busca por melhores condições de vida e que resultaram na criação em 1991, da denominada “ Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo e Região”.

Associação que passou a se organizar não somente em função de questões como o êxodo, mas também a fim de resolver a questão dos “atravessadores” por meio de compra e vendas conjuntas. Além do êxodo rural, um dos motivos pelos quais tais produtores familiares se organizaram foi para ir contra os ditos “atravessadores” que acabavam por explorar os produtores pela falta de conhecimento que estes tinham sobre o preço do mercado. Críticas sobre as condições de vida que os agricultores vinham levando a partir da utilização de agrotóxicos que prejudicavam a saúde e também o meio ambiente faziam parte também das discussões desse grupo de produtores.

Tendo tal grupo apoio por meio da PTA-Fase², atual AS-PTA – Agricultura Urbana e Agroecologia e Centro de Assessoria Sapucaí³, organizações não governamentais que juntamente com a CPT assessoram o grupo em sua organização e articulação, sendo inclusive promovidos vários encontros e cursos tratando de temas mais gerais, como a necessidade de uma agricultura alternativa até questões mais pontuais como a venda e compra conjunta.

Partindo assim, das motivações, diante do apoio recebido e após experiência exitosa de produção orgânica na cidade de Machado, a associação dos produtores orgânicos de Poço Fundo e Região foi despertada para a possibilidade de comercialização diferenciada do produto a partir do cultivo sem utilização de agrotóxico, questão que era bastante atraente a estes produtores, visto que este processo já fazia parte do seu cotidiano. Tais associados passaram a ater-se sobre o processo produtivo e comercialização neste segmento de mercado e buscaram a certificação da associação.

Contudo, a busca pela certificação não foi bem sucedida em suas primeiras tentativas em função da baixa qualidade do café amostrado. Em 1997, o grupo iniciou seu processo de certificação orgânica junto à Associação de Agricultura Orgânica (AAO)⁴ e em 1998 estabeleceu o primeiro contato com fins comerciais com a Max Havelaar⁵ a partir de uma

¹A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz.

²O Projeto Tecnologias Alternativas (PTA-FASE) foi criado em 1983 e tem como missão apoiar a construção de capacidades políticas e institucionais de organizações da agricultura familiar, para que elas assumam, de forma crescente, o protagonismo na formulação e defesa de padrões de desenvolvimento rural que associam a equidade social, a viabilidade econômica e a conservação dos recursos ambientais.

³Organização não governamental com sede em Pouso Alegre, criada na década de 1980, com o objetivo de assessorar os movimentos populares urbanos e rurais do sul do estado de Minas Gerais.

⁴Entidade criada em 1989, com sede em São Paulo, SP, com o objetivo de divulgar e promover a agricultura orgânica, que se transformou em certificadora de propriedades orgânicas na década de 1990.

⁵A Max Havelaar é fundação sem fins lucrativos de certificação e organização de promoção de educação pública de produtos de Comércio Justo localizada na Suíça e que tem por intuito melhorar a vida e desenvolvimento de agricultores e trabalhadores do mundo.

visita de um representante dessa organização a Poço Fundo, contudo, tais ações não foram bem sucedidas.

Ademais, durante o período que vai de 1996 a 2000 e apesar dos fracassos nas primeiras tentativas de comercialização, o grupo continuava se organizando e conseguiu comercializar juntamente com empresas do município de Guaxupé a valores maiores do que eram normalmente pagos pelos corretores de Poço Fundo. Situação esta que acabou por lhes incentivar a continuar trabalhando, dado que estes visualizaram a possibilidade de êxito na produção de orgânicos.

Período de fracassos na busca de certificação que teria fim a partir da apresentação das ideias e do trabalho realizado até o momento pela associação, na I Conferência Internacional de Mercado Justo e Café Orgânico, ao qual foi realizado na Escola Agrotécnica Federal de Machado em 2000, instituto de pesquisa com quem a Associação mantinha parceria institucional desde 1997. A apresentação abriu caminhos para reconhecimento do grupo e a Associação passou a receber visitas de produtores de várias regiões do país interessados em conhecer a experiência de produção orgânica e também interessados em conhecer a história de luta da organização em prol da agricultura familiar e da proteção ao meio ambiente.

Neste sentido, em 2001 ocorre à primeira comercialização exitosa de café *fair trade* e orgânico para a Max Havelaar. Experiência exitosa que fez com que o volume de comercialização crescesse e que se tornasse necessário à instituição da cooperativa. Instituição da cooperativa que se fez necessário dado que a associação por não ter objetivo comercial não podia emitir notas fiscais, o que resultava na comercialização do café em nome de alguns produtores rurais, o que de certa forma gerava alguns problemas tais com indeterminação da origem do café e a elevação do imposto de renda de pessoa física dos emitentes das notas fiscais. Além disso, a associação neste período também iniciou processo de certificação do café *fair trade* por meio da FLO⁶, que exigia a rastreabilidade do café comercializado, o que era impossível dado as limitações da Associação.

Daí surgiu à necessidade da criação de uma organização que viabilizasse a comercialização do café certificado e a sua rastreabilidade e a partir disso nasceu em 2003, a COOPFAM. Cooperativa que contém 299 cooperados sendo 121 produtores orgânicos e que hoje estão ligados a quatro certificações: certificação de produção orgânica por meio da AAO e também pelo BCS Oko-Garantie⁷ para os mercados brasileiro, americano, europeu e japonês; o certificado de Comércio Justo Fairtrade⁸ e também o selo SIPAF⁹ que atesta que a entidade é de produção familiar.

Trajetória histórica da COOPFAM que expõe nitidamente as motivações de sua criação e no qual é possível visualizar o conceito de contramovimento descrito por Polanyi

⁶A FLO (Fairtrade Labeling Organization), com sede em Bonn – Alemanha, certifica organizações envolvidas em toda cadeia, da produção à comercialização, de diversos produtos ao redor de todo o mundo.

⁷A BCS Oko Garantie é uma certificadora com sede em Nuremberg / Alemanha e que possui o selo BCS que é reconhecido mundialmente e é a garantia para o consumidor de que a produção orgânica tem reponsabilidade ambiental.

⁸Comércio Justo é uma parceria comercial entre produtores e consumidores, querendo a aproximar e equalizar as relações comerciais oferece aos produtores um acordo justo e condições mais rentáveis.

⁹O SIPAF(Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar) identifica os produtores que tem em sua composição a participação majoritária da agricultura familiar.

(1944). A ação coletiva destes atores (cooperados) por meio da agricultura orgânica e na busca de inserção em um novo mercado de atuação, expressa a reação ao processo de desestruturação da realidade local e avanço da modernização da agricultura atrelada ao mercado (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

A trajetória destes agricultores expressa a resistência destes aos impactos negativos da modernização agrícola, tais como a uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos (BRANDENBURG, 2002). A preocupação com o êxodo, as críticas a exploração que estes sofrem pelos “atravessadores”, bem como o pouco valor dado ao trabalho feito por estes, representa a crítica dos marginalizados em função das atribuições provocadas pela modernização da agricultura.

Processo de resistência à modernização da agricultura que possuiu como determinantes os atores sociais e o elevado capital social. Atores sociais dos mais diversos que auxiliaram e inseriram a COOPFAM no mercado de produtos orgânicos. Sendo eles: os cooperados (agricultores familiares); a Igreja católica por meio da Comissão Pastoral da Terra (CTP); ONG's tais como a AS-PTA (Agricultura Urbana e Agroecologia) e Centro de Assessoria Sapucaí; a Escola Agrotécnica Federal de Machado; e o Estado por meio das políticas PRONAF¹⁰ e PPA¹¹.

História de resistência destes agricultores familiares que sem dúvida foi marcada pela identidade dos atores envolvidos e do elevado capital social existente. Capital social que é definido por características tais como tais como cooperação, confiança, valores e participação, sendo tais determinantes e parte da construção desta cooperativa e da inserção desta no mercado de produtos orgânicos (PUTNAM, 1996).

Capital social que é destacado pela confiança mútua e a solidariedade existente desde o momento da idealização da cooperativa até o presente momento dado a sustentação desta e de suas normas, valores e condutas; a participação dos cooperados que sempre se fez presente, desde a criação através da mobilização destes em busca de soluções e melhorias aos seus problemas, até os dias de hoje a partir de reuniões constantes em assembleias para discussão de situações, formas de produção e problemas enfrentados pelos cooperados; e por fim, mediante a cooperação existente entre os cooperados não somente pelas ajudas mútuas existentes entre os cooperados, mas também pelos inúmeros projetos sociais que estes desempenham não só para os cooperados, mas também para toda a cidade de Poço Fundo.

5. Conclusão

Nesta pesquisa buscou-se entender e descrever como se deu o processo de inserção e desenvolvimento do mercado de café orgânico na cidade de Poço Fundo através do

¹⁰O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi a primeira política pública direcionada em favor dos agricultores familiares brasileiros, criada em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto Presidencial n.º 1.946, de 28 de junho de 1996. O PRONAF é exercido por meio da concessão de crédito aos agricultores familiares a taxas de juros baixas, sejam para financiamentos de custeio de atividades ou para investimentos em máquinas e infraestrutura.

¹¹O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e é um programa governamental que visa garantir a comercialização da produção agrícola familiar a partir da aquisição de alimentos isentos de licitações.

entendimento das motivações de sua criação e determinação dos principais atores que auxiliaram na implementação do processo.

Logo, a motivação para criação da Coopfam e pela inserção dos produtores de Poço Fundo no mercado de café orgânico se deu a fim de resolver a questão dos “atravessadores” por meio de compra e vendas conjuntas e como modo de contestar o padrão dominante de agricultura, que excluía e expropriavam a agricultura familiar.

A busca por melhor qualidade de vida, remuneração justa, e os questionamentos acerca dos impactos da utilização de agrotóxicos eram alguns das questões discutidas pelos produtores de Poço Fundo e no qual estes se basearam para a busca de um modelo alternativo a agricultura tradicional.

Já no que se refere aos atores sociais envolvidos, chama-se atenção para os agricultores, ao qual foi potencializado pelo elevado nível de capital social (cooperação, valores, confiança e participação) existente nas relações entre os cooperados; e a Igreja católica por meio da Comissão Pastoral da Terra (CTP), dado que estes foram os grandes impulsionadores à adoção da cultura orgânica dessa região.

Ainda, há de se destacar a Escola Agrotécnica Federal de Machado; as Ongs tais AS-PTA (Agricultura Urbana e Agroecologia) e Centro de Assessoria Sapucaí; e o Estado, que mediante políticas tais como Pronaf e PPA, vêm garantindo melhores condições de trabalho e comercialização nas produções.

Inserção e desenvolvimento do mercado de café orgânico na cidade de Poço Fundo, que em suma, pode ser atribuído à ação coletiva do grupo de cafeicultores orgânicos preocupados com suas condições de vida sejam no âmbito econômico, social e ambiental. Ação coletiva que encontrou nas práticas agroecológicas, tais como a produção orgânica, alternativa viável para resistência a agricultura tradicional que tais consideravam excludente e maléfica para saúde e meio ambiente.

Ação coletiva que representa um contra movimento a agricultura tradicional como determinado por Polanyi (1944), e que obteve êxito em sua maior parcela dado o capital social presente nesta cooperativa, ao qual propiciaram bases fortes para vencer os obstáculos e alcançar seus objetivos.

Referências

ABRAMOVAY, R. (1992). **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, SP: HUCITEC.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. *Saúde soc. [online]*. 2011, vol.20, n.3, pp. 715-729. ISSN 0104-1290.

BALEM, T.A.; Silveira, P.R. 2007. **Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública**. Disponível em:
<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/01.pdf>

BALSAN, C. (2006). Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo Território: **Revista de Geografia Agrária**, 1(2), 123- 151.

BESELER, C. et al. **Depression and pesticide exposures in female spouses of licensed pesticide applicators in the agricultural health study cohort.** Journal of occupational and environmental medicine, Baltimore, v. 48, n. 10, p. 1005-1013, 2006.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas.** Curitiba: mimeo, 2002. 21 pág

BRASIL. Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003. Regulamenta o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de jul. de 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4772.htm>. Acesso em: 11 jun. 2015.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja.**Petrópolis RJ:

CANAL FUTURA.**Comércio Justo e Solidário -Ep. 1: Coopfam e Coagroso. Vídeo (28min12s).** Publicado em **11 de mai de 2015. Disponível em**<https://www.youtube.com/watch?v=ZGeNly-Biqk>. Acesso em: 29 de Nov. 2015.

CANAL RURAL. Orgânicos: alternativa rentável de sustento. Vídeo (5min52s). Publicado em 12 de Nov. de 2015. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=5u0G-cxBKnw>. Acesso em: 02 de Dez. 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./maio 2002.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil.** Agroecologia. Murcia.v.6, p.63-74, 2012.

CAVINO, V. de C. O. A experiência de comércio justo de agricultores familiares da cooperativa COOFAM de Poço Fundo(MG): identificando os obstáculos e as potencialidades da transição para a agricultura de base ecológica. 2012. 102p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2012.

CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. PRONAF: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, v. 35, p. 131-168, jun. 2011.

CORAZZA, G.; MARTINELLI JUNIOR, O. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **In: Teorias da Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.10, n.19, p.09-36, novembro de 2002.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. de 2001.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília,2000. p.19-35.

DIONISIO, I.R.**Aspectos da agricultura familiar conforme o Censo Agropecuário 1995-1996: Análise comparativa entre Brasil, a Paraíba e o município de Pedras de Fogo-PB.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/Departamento de Economia, 2003. 40p. (Monografia)

ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da Agricultura Familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**, 2011.

FARIA, N. M. X. et al. Pesticides and respiratory symptoms among farmers. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v. 39, n. 6, p. 973-981, 2005

GLOBO RURAL. **Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo - Parte 1**. Vídeo (7min.) Publicado em 30 de set de 2008. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=f2-RDsILJI0>. Acesso em: 02 de Dez. 2015.

GLOBO RURAL. **Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo - Parte 2**. Vídeo (7min49s) Publicado em 30 de set de 2008. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/videos/momento-agro-do-brasil/organicos-alternativa-renta-vel-sustento-64705> . Acesso em 01 de Dez.2015.

GODOY, A. S. (2010). **Estudo de caso qualitativo**. In A. B. Silva, C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello. (orgs.).

GONÇALVES, A. Agroecologia, saber local e mercado: um estudo sobre a agricultura familiar de Poço Fundo-MG. 2003. 183 p. Dissertação (Mestrado em Administração – Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

LAVERDE, N. A. J.. Construção de mercados para a agricultura familiar : a experiência dos agricultores familiares produtores de café orgânico em Minas Gerais. 2011. 124p. Dissertação(Mestrado em Agronegócios)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NASCIMENTO, L.F **Gestão Ambiental e a sustentabilidade**. Universidade Aberta do Brasil, 2008.

NODARI, R. O.; Guerra, M. P. Plantas transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar. **Rev. Nutr.**, Campinas, 16(1): 105-116, jan./mar., 2003.

PEDINI, S. Fair Trade: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares. 2011. 174 p. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

PETERSEN, P. (org.) Apoios: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

PINHEIRO, G. S. R. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PORTAL BRASIL. **Compra Institucional amplia oportunidades para agricultura familiar**. 24 de Jan.2014. Disponível em:<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/01/compra-institucional-amplia-oportunidades-para-agricultura-familiar>. Acesso em 27 de Nov.2015.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G.A. **A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtos vinculados a Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário (ADESC) da Lagoa Seca – PB**. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, Florianópolis, 2010. **Anais...** Florianópolis, SC: 2010. Disponível em:

<<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT7-750-830-20100902232439.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.

SCHENKEL, M. G. S. **Do Convencional ao Agroecológico: entendendo a transição em grupos de agricultores assistidos pelo CAPA no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho**. Dissertação (CPGExR/UFSM), Santa Maria, 2003.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13.n.27, p.180-219, maio/ago, 2011.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SILVA, G. G. et al. Capital Social e cooperação na Agricultura Familiar: uma análise comparativa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, 2014.

SIQUEIRA, S. L.; KRUSE, M. H. L. Agrochemicals and human health: contributions of healthcare professionals. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 584-590, 2008.

VEIGA, J. E. Diretrizes para uma nova política agrária. In: **BRASIL**. Ministério do Vozes, 1988.

YouTube. **COOPFAM Institucional**. Vídeo (36 min18s). Publicado 17 de Abril de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8zAzQmgfp80>. Acesso em 01 de Dez.2015

APÊNDICE A – Análise de conteúdo

Categoria	Subcategorias	Unidade de registro
Apoio de Políticas Governamentais	PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)	“A associação... a cooperativa não surgiu por causa do governo. Foi porque a gente se juntou e resolveu trabalhar junto. Mas o Pronaf tem ajudado muito. Tem muitos cooperados que tem o Pronaf”.(ENTREVISTADO 1). “[...] eu tenho o Pronaf custeio e é muito baum. Ajudou muito”. (ENTREVISTADO 2) “A cooperativa surgiu do esforço do pessoal daqui mesmo. O governo não ajudou não...a gente que uniu e aos poquinho fomos formando a cooperativa. Mas o pronaf ajuda demais, eu sempre pego o credito custeio para ajuda no

	PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	plantio. Nessa parte ai o governo tem ajudado, o credito tem sido muuito baum”.(ENTREVISTADO 3) “Esse programa do governo tem sido muito baum, pois a gente só comercializa pro exterior. Ai com a ajuda do governo nós pode comercializar aqui no Brasil tamém”.(ENTREVISTADO 1) “[...] o governo tem ajudado... o nosso café foi parar lá em Brasília. O povo do ministério vai consumir o café daqui”. (ENTREVISTADO 2) “[...] esse programa ai é muito baum. Eu vendo pra Conab umas verdurinha que produzo lá em casa. A gente produz pra consumo, mas acaba dando pra vender tamém e ganhá um dinheirim a mais”. (ENTREVISTADO 3)
Resistência à modernização da agricultura		“[...]nóistava preocupado com a saída do povo da roça, pois o povo num tava querendo mais ficar na roça. O pessoal num tava conseguindo ganhar dinheiro. Ai a gente se juntou para poder se ajudar”. (ENTREVISTADO 1) “ Uai... a cooperativa surgiu porque nois num tava ganhando nada. Os atravessador retirava nosso lucro. Ai a gente se uniu e aos poucos fomos sabendo que a gente plantava café orgânico,sem agrotóxico e que dava dinheiro. É isso era baum demais, porque a gente não prejudica a saúde, nem o solo e a gente ganha bem”. (ENTREVISTADO 2). “[...] gente viu que estava sendo muito explorado, o nosso trabalho, o que a gente produzia não tinha valor, porque tinha outros atravessador que pegava o lucro que era pra gente”. (ENTREVISTADO 3).
Capital Social	Participação	“Todo mês tem reunião e nesta reunião a gente se junta pra discutir sobre os problema existente e também a gente

	Cooperação	busca saber de coisa nova”. (ENTREVISTADO 1) [...] toda questão relacionada à cooperativa é discutida em assembléia, para que a gente participe”. (ENTREVISTADO 2) “[...] a gente participa né. É baum... a gente as vezes ta cansado, mas memo assim a gente vem...porque aqui nos conversa e fala dos nossos café e também dos nossos problema. A gente dividi muita informação. (ENTREVISTADO 3) “[...] aqui nois ajuda o cooperado. Quando o cooperado tá precisando de dinheiro pra pagar o PRONAF, nós empresta e ele paga”. (ENTREVISTADO 1). “[...]nos tem muitos projetos aqui na COOPFAM e não é só para cooperado. Temos reforço escolar e computação para alunos carentes e até dados lanche para eles”. (ENTREVISTADO 1). “A gente se dá muito bem. A gente se ajuda. Se um companheiro precisa de ajuda eu vou. Já cheguei a ajudar um companheiro cooperado a panha café quando ele tava doente”. (ENTREVISTADO 2) “Uai.. a gente coopera né. De vez enquanto até fazemos mutirão pra ajuda o outro a panha café. Até mutirão pra fazer casa já fizemo”. (ENTREVISTADO 3)
--	------------	---

Notas